

# GUANDU

Comitê de Bacia Hidrográfica

# NAS ÁGUAS DO GUANDU-RJ

ANO 9 | EDIÇÃO 14 | JUNHO 2019

PÁGINAS 4 E 5

## METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL NÃO TEM ACESSO A ÁGUA POTÁVEL

No Brasil, 35 milhões de  
pessoas não tem esse serviço  
**Qual o papel dos comitês de bacia?**

Foto: Global Water Partnership

PÁGINAS 2 E 3

### PERH GUANDU-RJ

Conheça as agendas e o  
manual operativo do plano  
(MOP)

PÁGINA 7

### SANEAMENTO RURAL

Projeto levará saneamento  
a uma importante e  
esquecida região da RH-II

PÁGINA 6

### SAÚDE DA ÁGUA

CI-Brasil e Comitê Guandu-  
RJ divulgam dados  
qualitativos da água



O Boletim Impresso é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu-RJ)

### Atendimento ao Público/Correspondência

www.comiteguandu.org.br | guandu@agevap.org.br  
Av. Ministro Fernando Costa, 775, sala 203 - Fazenda Caxias - Seropédica/RJ - CEP: 23895-265

### Diretor Geral:

Paulo de Tarso  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

### Diretora Executiva:

Andréia Loureiro  
Prefeitura Municipal de Queimados

**Diretores:** Nelson Reis (Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA), Livia Soalheiro (Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEAS), João Bosco (Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO), Julio Cesar Antunes (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - CEDAE)



**Coordenação Técnica:** Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) - Manejo - Resende (RJ) CEP: 27520-005 - (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br - agevap@agevap.org.br

### Presidente do Conselho de Administração:

Jaime Teixeira Azulay

### Presidente do Conselho Fiscal:

Sandro Rosa Corrêa

### Diretor-Presidente:

André Luis de Paula Marques

### Diretora Administrativo Financeira:

Maria Alice Corrêa Gomes

### Diretoras de Contratos de Gestão:

Aline Raquel Alvarenga e Juliana Gonçalves Fernandes

### Assessor de Planejamento Estratégico:

Fernando Noronha Franzini

### Gerente de Recursos Hídricos DIGEA:

Tatiana Ferraz

### Gerente Institucional DIGEA:

Nathália Vilela

### Coordenadora de Núcleo - UD6/Guandu:

Fátima do Carmo Silva Rocha

### Acompanhamento e Revisão:

Fátima Rocha e Nathália Vilela

### Jornalista Responsável:

Antonio Mendes de Souza Junior (MTB/RJ 0036155)

### Estagiário de Comunicação:

Bruno Rocha Cardoso

### Produção gráfica e diagramação:

Bruno Rocha Cardoso

### Projeto editorial, reportagens e revisão final:

Antonio Mendes de Souza Junior

**Foto capa:** Global Water Partnership

# AS 8 AGENDAS DO PERH

## GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS

Ações necessárias para o fortalecimento do Comitê, delegatária, comunicação, ações de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e monitoramento da quantidade e qualidade de água.



## BALANÇO QUALI-QUANTITATIVO

Ações voltadas para melhorar a disponibilidade e qualidade da água. Inclui providências como a construção de pequenas barragens e a proteção de mananciais e minas d'água.



## PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Programas e ações voltadas ao conhecimento, pesquisa, e educação ambiental.



## INFRAESTRUTURA VERDE

Investimento em unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas e controle de queimadas. Inclui o pagamento por serviços ambientais.



## SANEAMENTO

Programas que visam a universalização do abastecimento e a melhoria das condições de coleta e tratamento de esgoto, ações em resíduos sólidos e drenagem urbana.



## INDÚSTRIA E MINERAÇÃO

Programas e ações voltadas a melhoria e eficiência nos processos produtivos e redução de carga poluidora.



## AGROPECUÁRIA

Além da eficiência dos processos produtivos e a redução de poluentes, propõe incentivos ao turismo agroecológico como forma de preservação dos recursos hídricos.



## ENERGIA E INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Conjunto de programas e ações que tratam da segurança das barragens, manejo e questões acerca do uso da água na geração de energia elétrica.



METAS A CURTO PRAZO (4 ANOS)  
PREVISTAS NO MOPEstruturação e fortalecimento do  
Comitê e Agência de BaciaTreinamento e qualificação dos  
atores envolvidos na gestão dos  
recursos hídricosCobrança (informação sobre  
usuários e novos critérios)Plano Estratégico de Recursos  
Hídricos (Grupo de  
acompanhamento, encontros e  
relatórios anuais)

Plano de Comunicação

Ações para controle de  
queimadasSistema de Informações sobre  
recursos hídricos

Observatório de Bacia

Produção do conhecimento  
científico, pesquisa e extensãoEducação ambiental com foco em  
recursos hídricosAções para garantia da oferta  
hídricaProteção e melhoria das  
captações de fontes de minas  
d'águaRestauração e Conservação de  
Áreas prioritárias para os  
recursos hídricosPlanos Municipais de Água,  
Esgoto, Resíduos Sólidos e  
Drenagem UrbanaLevantamentos, Estudos,  
Projetos e outras de ações para o  
Abastecimento de ÁguaLevantamentos, Estudos,  
Projetos e outras de ações para o  
Esgotamento Sanitário

## POR ONDE COMEÇAR...

Após dois anos de estudos e participação social, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu-RJ (PERH-Guandu) começa a ser implantado e é o terceiro do Brasil a ter um manual operativo (MOP), explicando o passo-a-passo das ações.

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu-RJ (PERH-Guandu) é um instrumento de planejamento de gestão efetiva e sustentável dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos em benefício das gerações presentes e futuras. Com execução da empresa Profill Engenharia e supervisão e acompanhamento técnico da secretaria executiva do Comitê Guandu/RJ, a AGEVAP, o PERH foi aprovado e entregue em dezembro de 2018, após dois anos de estudo e construção, com foco na conciliação de participação social e base técnica. Para isso, foram realizados os chamados encontros ampliados, que eram verdadeiras consultas públicas, onde as informações eram trocadas com toda a sociedade, em diferentes cidades da Região Hidrográfica, na busca de um documento técnico que cumprisse seu papel social. "Assegurar, conforme definido pela Lei da água, a participação social na gestão dos recursos hídricos é de fundamental importância para o sucesso da proteção e do uso sustentável das águas, pois permite a intervenção dos diversos segmentos sociais na tomada de decisões do plano e seu manual operativo", explicou a Engenheira Florestal Andreia Loureiro, Diretora Executiva do Comitê Guandu-RJ.

Além das consultas públicas, foram realizadas reuniões setoriais, onde os segmentos do Comitê puderam fazer contribuições à construção do plano.

Após profundo diagnóstico com mais de 1200 páginas, e um prognóstico baseado em diferentes cenários, o estudo traz um rico e objetivo programa de ações com 8 agendas, 20 sub agendas, 40 programas e 119 ações hierarquizadas. O objetivo é melhorar a gestão e a disponibilidade hídrica da bacia que abastece mais de 9 milhões de pessoas, com o planejamento em um horizonte de 25 anos, e investimentos que ultrapassam dois bilhões de reais.

Para que as ações saiam do papel, o

Foto: Antonio Mendes



Christian Santana Cunha (Profill Engenharia) responsável técnico do estudo durante um encontro em Seropédica/RJ

Comitê Guandu-RJ é o terceiro do Brasil a contar com um manual operativo (após os Comitês Paranapanema/SP e Rio Grande/MG). De forma clara, o manual traz informações, orientações e um passo-a-passo, dando suporte técnico ao Comitê nas ações que devem ser executadas a curto prazo: "o manual operativo é uma ferramenta de implementação do plano. O documento apresenta as ações prioritárias da RH II, por onde começar, como começar e os procedimentos que levarão a implantação adequada de cada atividade. No Brasil, o grande desafio após a conclusão dos planos de bacias é a sua operacionalização, ou seja, tirar do papel as necessidades elencadas e executá-las. Por isso, o MOP se apresenta como uma importantíssima peça para que de fato sejam alcançados os objetivos do PERH para melhoria da quantidade e qualidade de água", explicou a Engenheira Ambiental e Especialista em Recursos Hídricos da secretaria executiva do Comitê Guandu-RJ, Daiana Gelelete, responsável pelo acompanhamento do PERH-Guandu.

O manual traz as ações por agendas e considera diferentes cenários. O plano está disponível no site do Comitê Guandu-RJ, logo em sua página inicial. O objetivo das ações é melhorar todos os dados e índices quantitativos e qualitativos dos usos da água e o trato com os rejeitos, priorizando sempre o abastecimento humano.

# RELATÓRIO DA ONU E DADOS NO BRASIL MOSTRAM QUE AINDA ESTAMOS LONGE DO IDEAL DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO



## Destaques do relatório

### MUNDO



2,1 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável



4,5 bilhões de pessoas carecem de saneamento no mundo



Falta de água e saneamento mata 780.000 pessoas por ano em todo planeta

### BRASIL



35 milhões de pessoas não tem acesso a água tratada



100 milhões não tem coleta de esgoto



38,6% do esgoto no Brasil não é coletado e nem tratado



**Rafaela Facchetti, Presidente do Comitê Piabanha.**

Dentre os instrumentos de gestão, os Comitês têm em mãos o Enquadramento, com suas metas de melhoria da qualidade e quantidade de água. A aplicação dos recursos da cobrança em saneamento também é um fator de estímulo, além dos programas de educação ambiental e sanitária. Acreditamos que o papel destes colegiados é fundamental na disseminação do conhecimento da importância do saneamento para a saúde da população.



**Sérgio Ayrimoraes, Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA**

O ODS 6 é composto por 8 metas. A gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos é considerado na meta 6.5 e a atuação dos comitês é fundamental, da mesma forma que são indispensáveis para o atingimento da meta 6.B, que trata de política e procedimentos estabelecidos visando à participação local na gestão da água e do saneamento. Em suma, os Comitês devem atuar para promover a gestão participativa dos recursos hídricos, fomentando a implementação dos instrumentos de gestão na bacia em questão, e na negociação de conflitos pelo uso da água.



**Renata Bley, Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade da do Estado do RJ e Presidente do CEIVAP**

O comitê é parte fundamental para o alcance dos objetivos da política de recursos hídricos e a garantia da segurança hídrica em todas as suas dimensões. Em um comitê que tem integração no nome, fazer a gestão compartilhada, participativa e integrada é uma importante missão, com foco em resultados práticos e objetivos, através da viabilização técnica e econômica de programas de investimento. É muito importante que os programas de investimento estejam ancorados na realidade da bacia e conectados aos instrumentos de planejamento.

Acesse o relatório na íntegra:



Conheça os projetos do Comitê Guandu-RJ, acesse: [www.comiteguandu.org.br](http://www.comiteguandu.org.br)

**A**gua e saneamento para todos! É uma das metas para 2030, estipulada pela ONU em 2015, dentre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Mas, segundo o relatório sobre o desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019 da ONU, estamos longe de concretizá-la. O documento intitulado "Não Deixar Ninguém para Traz" aponta que 2,1 bilhões de pessoas não têm acesso a água potável e que 4,5 bilhões seguem sem saneamento. No Brasil, a situação também não é confortável. Segundo o Instituto Trata Brasil, quase 35 milhões de pessoas não tem acesso a água tratada e quase 100 milhões não tem coleta de esgoto. Já o Atlas Esgotos 2018, lançado pela Agência Nacional de Águas, aponta que 38,6% do esgoto no Brasil não é coletado

e nem tratado.

Quem cumpre um importante papel na gestão dos recursos hídricos são os Comitês de Bacia. Instituídos pela Política Nacional de Recursos Hídricos (lei 9433/97), os órgãos colegiados, sem fins lucrativos, são um parlamento onde os segmentos da sociedade podem tomar decisões, criar projetos e gerir os recursos hídricos de forma eficiente e participativa. Sabendo dessa atribuição e da responsabilidade de cada um de nós, qual seria o papel dos Comitês de Bacia na luta pela mudança desse panorama?

O Comitê Guandu-RJ convidou especialistas e atores dos sistemas nacional e estadual de recursos hídricos para debater esse desafio:



**José Alexandre Maximino - Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, do MPRJ.**

Os Comitês têm uma significativa e especial importância na missão, de cunho constitucional e legal, de promover a ampliação do saneamento básico, ao ponto de universalizá-lo em bases comprometidas com a efetiva promoção do direito humano à água e ao esgotamento, conforme Resolução nº A/RES/64/292 da ONU. Pela natureza participativa, descentralizada e democrática que compõe a sua gênese, os Comitês são um fórum imprescindível e propício para o desenvolvimento das discussões envolvendo as demandas e conflitos, e os aspectos quali-quantitativos dos recursos hídricos. O papel não é apenas buscar como fomentar esta integração entre órgãos e instrumentos das políticas indissociáveis de 'recursos hídricos' e 'preservação e proteção do meio ambiente', envidando seus esforços e ações, mas cuidar para que os projetos e programas de abastecimento de água e esgoto possam ser desenvolvidos em bases participativas, transparentes e, principalmente, eficientes.



**Malu Ribeiro, Coordenadora da Rede das Águas da Fundação SOS Mata Atlântica**

O papel dos comitês de bacia nesse processo de universalizar o saneamento é o de trazer a sociedade para a pauta. O Brasil não tem índice adequado de saneamento básico e de saneamento ambiental, justamente por que afastou a sociedade durante muitas décadas da tomada de decisão naquilo que é prioridade. Os comitês de bacia resolvem justamente isso, planejando a gestão do território a partir da bacia hidrográfica, nesse sentido a água é o elo que integra todas as políticas públicas. Para isso foi pensado o sistema de recursos hídricos tendo a bacia hidrográfica como o espaço de planejamento estratégico. A partir do momento que se traça o plano de bacia, e que a sociedade por meio dos comitês colocam como prioridade o acesso a água limpa, não só como prioridade, mas reconhecendo que esse acesso é um direito humano, as coisas tendem a avançar rapidamente.



**Licius de Sá Freire - Diretor Presidente do Comitê Rio Dois Rios**

Os CBHs, fundamentados na participação das representações existentes em sua área de atuação, proporcionam um olhar muito mais eficiente para apontar os problemas reais e as soluções factíveis em sua área da bacia hidrográfica. E nesse sentido, as metas da ODS 6 serão atingidas em consonância com a realidade existente na bacia, pois como é um colegiado representativo a sociedade (em seu sentido *latto sensu*) possui os mecanismos estabelecidos dentro do parlamento das águas para manifestar suas demandas reais de água e esgoto. Dentro desta abordagem do ODS 6 o CBH-R2R vêm desenvolvendo ações importantes na região, principalmente no que se refere ao tratamento de esgoto.



**Paulo de Tarso, Diretor Geral do Comitê Guandu-RJ**

O Comitê Guandu-RJ, assim como outros comitês, ocupa papel central no sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Sua atuação tem foco na melhoria da qualidade e da quantidade da água, incluindo-se, entre elas, a universalização do acesso à água e à coleta e tratamento de esgoto. Uma das missões de todo o sistema é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, e para tal, os comitês tem instrumentos de gestão importantíssimos, construídos com estudos e diálogos, como o Plano de Bacias e os Enquadramentos dos Corpos Hídricos. Além de atualizarmos nosso plano de bacias, durante os nossos 17 anos de atuação, buscamos atender as demandas aportando recursos e esforços em diversas áreas como o PSA, educação ambiental, pesquisas acadêmicas e saneamento, com o objetivo de fomentarmos as ações que visam atingir os objetivos dos Comitês, atribuídos por lei, que vão ao encontro dos objetivos do ODS 6, da ONU.

Além das competências relacionadas no Art. 38 da lei 9433/97, os Comitês precisam agir fora de suas sedes, em sinergia e alicerçados em três aspectos importantes: integração, empoderamento e mobilização. Integrar os comitês e as bacias em busca de melhoria e inovações na gestão eficiente da água, bem como na criação de projetos e ações

positivas em prol do saneamento e abastecimento; empoderamento de seus membros sobre a agenda, instrumentos e causas dos Comitês, dando capilaridade ao colegiado e aumentando a representatividade das instituições da bacia e; a mobilização do poder público, do setor produtivo e da sociedade.

# QUALIDADE DAS ÁGUAS

**Projeto Índice de Saúde da Água (ISA) traz dados quali-quantitativos da água que abastece mais de 9 milhões de pessoas no município do Rio de Janeiro e região metropolitana**



Maria Clara (CI-Brasil) apresenta os resultados dos estudos

Foram divulgados no dia 26 de abril, pela CI-Brasil e o Comitê Guandu-RJ, os dados quali-quantitativos da bacia do Guandu-RJ. O projeto Índice de Saúde da Água é o resultado de um ano de estudo que envolveu 33 especialistas de 8 países latinos, e contou com a participação do Ministério Público do Rio de Janeiro, o Centro Del Água para América Latina y Caribe, o Núcleo Estratégico de Decisiones, AGEVAP e a FIRJAN. A pesquisa servirá de base para outros estudos e implementação de políticas públicas em prol da melhoria da qualidade e da disponibilidade hídrica.

O objetivo do ISA é ampliar o conhecimento do Estado e da população em relação a saúde da água no presente e no futuro, aplicar indicadores para subsidiar políticas públicas e gestão na Região Hidrográfica II e a sinergia de ações em prol da saúde dos biomas. Para isso, o ISA foi desenvolvido em uma base científica sólida e dividido em três grandes eixos: vitalidade do ecossistema, serviços ecossistêmicos, e governança e partes interessadas.

Os dados para a elaboração dos índices foram captados em bancos do INEA, ANA, Comitê Guandu-RJ, AGEVAP, prefeituras, DATA SUS, IBGE e pesquisas acadêmicas. O estudo foi finalizado ano passado, em Monterrey no México, com a participação de membros de todas as instituições envolvidas. "O índice trouxe ao Comitê Guandu-RJ e aos órgãos de gestão um instrumento que permite medir os avanços na qualidade da água. A ferramenta vai ao encontro do plano de bacia do Comitê, aprovado em 2018, que prevê ações para os próximos 25 anos. O ISA servirá de apoio para avaliação periódica dos resultados das ações", explicou Caroline Lopes, Engenheira Ambiental e Especialista em Recursos Hídricos da AGEVAP, secretaria técnica e executiva do Comitê Guandu-RJ.

Mais do que uma ferramenta técnica, o Índice de Saúde da Água é uma ferramenta de interesse da sociedade. A Procuradora Denise Tarin, falou sobre a participação do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e da importância do

envolvimento dos gestores públicos na gestão das águas: "o papel do MPRJ é justamente este, que é trazer uma nova reflexão para um problema antigo. Nosso princípio é a integração, já que somente as ações na justiça não estão resolvendo. O Rio sofre com escassez hídrica, com excesso (enchentes) e ainda tem sérios problemas no saneamento. Então o envolvimento do gestor de políticas públicas, ou seja, os municípios integrantes da bacia, comprometendo-se com as ações, é fundamental. A gente quer mobilizar a sociedade civil e envolver o gestor municipal nesse processo", explicou a Procuradora.

A expectativa dos envolvidos é que o ISA seja usado por gestores, atores do sistema e a sociedade em geral, resultando em uma sinergia em prol da qualidade da água e da disponibilidade

para seus usos múltiplos: "esperamos que aplicação do ISA na América Latina ajude a implementar a gestão integrada dos recursos hídricos de forma sustentável e equitativa, baseada em informações técnicas multidisciplinares", explicou Natalia Acero, da Conservação Internacional de Bogotá, na Colômbia.

Para apresentar os dados à população e ainda ceder a base de cálculo científica para outras regiões, o projeto vai disponibilizar um aplicativo com o mesmo nome: Índice de Saúde das Águas. Além de acessar os índices deste estudo, gestores e pesquisadores poderão alimentá-lo com dados de sua região ou até mesmo de tendências futuras e obterem novos índices.



Livia Soalheiro (SEAS-Comitê Guandu), Bruno Coutinho (CI-Brasil), Paulo de Tarso (Firjan - Comitê Guandu) e Dra Denise Tarin (MPRJ) durante a apresentação do ISA

Saiba mais sobre o estudo e conheça os resultados:



## SANEAMENTO RURAL: A REGIÃO METROPOLITANA QUE NINGUÉM VÊ

Falar em zonas rurais na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para muitos, beira o absurdo. Devido à alta densidade demográfica e a conurbação dessa região, muitos ignoram ou avaliam não existir áreas rurais nas cidades ao redor da capital. A verdade é que existem e são uma faixa importante da bacia, que afetam diretamente o consumo e a qualidade da água.

Segundo o diagnóstico do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Comitê Guandu-RJ (PERH), a Região Hidrográfica II tem uma população rural de 67.470 habitantes. Na região metropolitana e Baixada Fluminense, cerca de 33 mil pessoas vivem em áreas consideradas rurais, população essa que utiliza água pra seu consumo e produção, e produz esgoto, fatos que afetam a quantidade e qualidade da água.

Atento à essa questão, o Comitê Guandu-RJ iniciou o desenvolvimento do projeto "Saneamento Rural". O objetivo é o levantamento de dados geoespaciais e a elaboração do

diagnóstico, da hierarquização e dos projetos básicos-executivos dos aglomerados rurais e periurbanos - que mesclam áreas rurais e urbanas - dos municípios pertencentes a Região Hidrográfica II, visando melhorar a qualidade da água, reduzindo também os casos de doenças oriundas da falta de saneamento básico (diarreia, leptospirose, etc).

O Saneamento Rural irá realizar um diagnóstico das necessidades de esgotamento sanitário priorizando a universalização do atendimento e as alternativas mais adequadas, ambiental e economicamente. O consórcio formado entre as empresas Profill Engenharia e TSA Saneamento venceu o ato convocatório realizado em novembro de 2018 no valor de R\$1.551.858,38, que considerou técnica e preço. O valor será pago pelo Comitê Guandu-RJ, sem contrapartidas. O recurso é proveniente da cobrança pelo uso da água, prevista na lei 9433/97.

## MAIS AGENTES DA CONSERVAÇÃO

Após mais de 4 mil hectares de área conservada e 500 hectares de áreas recuperadas, programa 'Produtores de Água e Floresta (PAF)' é ampliado



Foto: Gabriela Teixeira

Mobilização social: produtores de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ conhecem o programa em encontro de esclarecimento

Exemplo dentro e fora do país, o programa "Produtores de Água e Floresta" foi expandido e agora visa a conservação de mil hectares de florestas e a restauração de cinquenta hectares de áreas antrópicas, na região da sub-bacia de Sacra Família, importante afluente da Bacia do Guandu, nos municípios fluminenses de Mendes, Vassouras e Engenheiro Paulo de Frontin. O programa alia conservação e recuperação ambiental, e o pagamento por serviços ambientais.

A assinatura do convênio com as prefeituras foi realizado na primeira reunião plenária de 2019, em fevereiro. Antes da assinatura, os gestores receberam uma capacitação, para que sejam parte atuante do programa, levando aos seus municípios ganhos ambientais e sociais: "nossa expectativa são as melhores possíveis para que esse programa seja um grande sucesso, gerando benefícios a toda população e ao meio

ambiente, além de melhorar a quantidade e qualidade da água", afirmou Leandro Tavares, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Mendes/RJ.

Em maio, os produtores interessados participaram de reuniões ampliadas e puderam conhecer detalhes sobre o programa.

O participante do programa que comprovadamente promover a conservação e/ou recuperação, é compensado financeiramente, gerando renda e desenvolvimento a população local, ou com benfeitorias em sua propriedade. Anualmente, em Rio Claro/RJ, o Comitê distribui cerca de 358 mil reais em Pagamento por Serviços Ambientais. Em dez anos já foram investidos mais de dois milhões para o desenvolvimento do programa.

# NOVOS ZELADORES DA ÁGUA

Comitê Guandu-RJ inicia biênio com nova composição plenária, direção e coordenação de câmaras técnicas

A primeira reunião plenária de 2019 foi marcada pela posse dos 36 membros da nova composição do Comitê Guandu-RJ. A cerimônia foi realizada em 14 de fevereiro, na Câmara Municipal de Seropédica/RJ. A nova composição, dividida em três segmentos (usuários de água, sociedade civil organizada e poder público) tem agora a responsabilidade de gerir a bacia que abastece mais de 9 milhões de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro nos próximos dois anos, tendo como base o recém aprovado Plano Estratégico de Recursos Hídricos.

No mesmo dia os membros elegeram sua diretoria. Foram escolhidos: Paulo de Tarso (FIRJAN) e Julio César Antunes (CEDAE) pelo segmento Usuários; João Bosco (UEZO) e Nelson Reis (APEDEMA) pelo segmento Sociedade Civil Organizada e; Lívia Soalheiro (SEAS) e Andréa Loureiro (P.M. Queimados) pelo segmento poder público.

Já em março, também no dia 14, a nova composição elegeu os representantes e coordenadores das Câmaras Técnicas de Estudos Gerais (CTEG) e de Instrumentos Legais e de Gestão (CTIL-G). Foram definidos por cada segmento (usuários, poder público e sociedade civil) seus representantes para a composição das Câmaras, cada uma com 12 membros, sendo quatro de cada segmento. Makus Budzynkz (ADEFFIMPA-RJ) e Wladimir Loureiro (FAM-Rio) são os coordenadores.

Foto: Bruno Cardoso



Composição responsável pela gestão da Bacia do Guandu até 2021

Foto: Bruno Cardoso



Julio Antunes (CEDAE), Nelson Reis (APEDEMA), Lívia Soalheiro (SEAS), Paulo de Tarso (FIRJAN), Andreia Loureiro (P.M. Queimados) e João Bosco (UEZO)

## VII ECOB-RJ

Do dia 10 ao dia 12 de Junho, Teresópolis será a capital da água no estado do Rio de Janeiro. A cidade irá receber o VII ECOB, o Encontro Estadual dos Comitês de Bacia. Com o tema "Rios Fluminenses: o que temos e o que queremos", o evento, organizado pelo Fórum Fluminense dos Comitês de Bacia, irá reunir os nove comitês do Estado, além de representantes do poder público como o INEA, SEAS, e ANA, instituições dos usuários de água, da sociedade civil, e outros atores do sistema de recursos hídricos, para debater o fortalecimento do sistema estadual e a gestão eficiente da água.

## XXI ENCOB

Já o XXI ENCOB, o Encontro Nacional de Comitês de Bacia, será em outubro. O lançamento aconteceu em dezembro passado, em Curitiba/PR. O evento, organizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), será em Foz do Iguaçu, do dia 21 ao 25. A expectativa é que participem mais de 1.500 pessoas participem do maior evento de águas do país. O objetivo é a integração do Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

